

ESCRAVO, NEM PENSAR!: A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NA CIDADE DE IMPERATRIZ¹

Marcio Mosiel do Nascimento Oliveira
Universidade Federal do Pará – Campus Guamá - mmosiel@ifma.edu.br

Dr. Cezar Luis Seibt
Universidade Federal do Pará – Campus Guamá – celuse@ufpa.br

Resumo:

Este trabalho busca conhecer como aconteceu a execução da parceria entre o governo do Estado do Maranhão, a partir da Secretaria de Educação e a ONG Repórter Brasil, na implantação do Projeto Escravo Nem Pensar!, que possibilita que conteúdos e ações educativas sejam trabalhados para sensibilizar professores e educandos para a realidade do trabalho escravo contemporâneo. O pôster tem por objetivo lançar alguns olhares sobre como foi efetivado o projeto na Unidade Regional de Imperatriz, especificamente na cidade de Imperatriz, levando em consideração alguns aspectos, dentre eles: aceitação da comunidade escolar, compartilhamento de experiências, metodologias e matérias didáticos.

Palavras-chave: Parceira, escravidão contemporânea, educação.

Introdução

Estima-se que, no Brasil, existem entre 25.000 e 40.000² pessoas que trabalham em condições análogas às de escravo. Neste contingente, o Maranhão tem destaque, respondendo com cerca de 38% desse total, ou seja, no mínimo 9.500 trabalhadores maranhenses convivem nessa degradante situação.

No caso maranhense, o trabalho escravo acontece com destaque na zona rural. O aliciamento se faz por meio de contratadores de empreitada, conhecidos como “gatos”. Eles transitam nas periferias recrutando trabalhadores, via de regra, de um local para o outro. O transporte é feito em boleias de caminhão, caminhões de gado, ônibus e até em trens. Passam por rodovias federais, estaduais, estradas vicinais e outras até chegarem ao local onde serão explorados economicamente - o trabalhador costuma pagar por toda essa logística de deslocamento entre a sua localidade de origem até o local de trabalho; chegando lá, pagam por tudo: alimentação, equipamentos de proteção individual, bebidas, cigarros e outros produtos, todos superfaturados. Isolado geograficamente e ameaçado, o trabalhador começa a trabalhar já devendo e logo se torna escravo

¹ O Trabalho é resultado de estudos sobre a relação Trabalho Escravo Contemporâneo e Educação, tendo como orientador o Professor Dr. Cezar Luís Seibt. A temática é pesquisada durante o curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-graduação em Educação, linha de pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade.

² Dados da CPT e OIT

por dívida (FILHO, 2011). Nesse cenário de fragilidade do trabalhador, ele está inserido em um contexto de extrema exploração.

A educação é parceira nesse processo de enfrentamento ao trabalho escravo. De acordo com os dados do atlas do trabalho escravo, o nível de escolaridade dos trabalhadores aliciados é baixíssimo (THÉRY, 2009). Tendo consciência da importância da informação e conhecimento por parte dos trabalhadores, têm sido desenvolvidas ações educativas, em âmbito escolar e por organizações não governamentais, sindicatos, movimentos sociais, igrejas e parcela da sociedade que, de forma orgânica ou não, desenvolvem algum tipo de ação. Essas experiências têm possibilitado aos sujeitos a apreensão da realidade e a certeza de que, embora seja difícil, é possível mudar, “[...] vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto no qual se complementem é de alfabetização de adultos ou de crianças, se de ação sanitária, de evangelização, se de formação de mão de obra técnica” (FREIRE, 2007, p. 79).

O Projeto Escravo Nem Pensar

Na busca de realizar o enfrentamento ao trabalho escravo, a ONG Repórter Brasil, no ano de 2004, criou o projeto Escravo, Nem pensar! – ENP. Para sua efetivação, contou com a parceria do governo federal, a partir da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Sua fundação se deu em resposta às demandas do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, documento que prevê um conjunto de ações em várias áreas, contemplando os âmbitos jurídico, de assistência às vítimas, assistência social, geração de emprego e renda e ações educacionais. Esse documento foi construído por representantes do poder público, da sociedade civil e de organismos internacionais e lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2003 (BRASIL, 2003).

Reconhecendo a posição do Maranhão de destaque, em nível nacional, no que refere-se ao trabalho escravo, em julho de 2015, o governo do estado, por meio da Secretaria de Educação (Seduc), firmou uma parceria com a ONG Repórter Brasil. Por este acordo, foi realizada uma formação de 10 mil professores. Durante o curso, foi desenvolvido o programa de formação do projeto Escravo, Nem Pensar para técnicos pedagogas(os) e outros técnicos, com o fim de que fossem realizadas formações nas Unidades Regionais de Educação (UREs) de todo o Maranhão, tendo como foco desenvolver projetos educacionais, buscando conscientizar e trabalhar a temática em escolas da rede pública estadual.

A implantação do projeto na cidade de Imperatriz-MA

A URE de Imperatriz é composta por 14 municípios. A região tem destaque na incidência de utilização da mão de obra escrava, destaque para os casos envolvidos na pecuária e na produção de carvão vegetal. Diante dessa constatação, é possível afirmar que o projeto é relevante para a região. Nessa primeira etapa, a formação foi realizada nos dias 27/10 e 03/11 de 2015, na ocasião o objetivo foi de preparar a equipe responsável pela formação dos educadores e acompanhamento da execução do projeto. As atividades contaram com a participação de gestores e técnicos da rede estadual de ensino. Na URE de Imperatriz, as responsáveis pela formação são as professoras Eronilde dos Santos Cunha³ e Doralice Mota (MARANHÃO, 2015).

A execução do projeto em sala de aula

Durante o período de execução do projeto, foram produzidas diversas atividades artísticas, cordéis, desenhos, poemas, cartazes, paródias, músicas e dramatizações sobre o tema em questão. Somando-se às apresentações culturais realizadas nas escolas, houve outras ações com outros parceiros nas comunidades, alertando para os riscos do aliciamento e da exploração do trabalho escravo. Em Imperatriz, as apresentações ocorreram na praça da Cultura e contaram com o apoio da Faculdade de Educação Santa Teresinha e da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, (CUNHA, 2016).

Na busca de analisar o processo de implantação do projeto na cidade de Imperatriz, entrevistamos duas professoras⁴ que atuam na rede estadual de ensino. As perguntas buscam esclarecer a respeito da aceitação do projeto por parte da comunidade escolar e do material didático disponibilizado.

A primeira pergunta foi sobre pertinência de o ENP ser trabalhado em sala de aula. Aqui as docentes foram identificadas apenas como docente de sociologia – DS e docente de história – DH. Seguem as respostas:

³ Eronilde dos Santos Cunha, professora formada em Letras, Português e Literatura, foi uma das formadoras responsáveis pelo repasse na Unidade Regional de Educação de Imperatriz, a formadora e docente concedeu uma entrevista, objetivando subsidiar de informações acerca do processo de formação e execução do projeto na URE de Imperatriz.

⁴ As duas docentes que contribuíram respondendo às entrevistas são professoras em escola da rede estadual de ensino, atuam no ensino médio, as escolas são localizadas, uma na periferia e outra no centro da zona urbana de Imperatriz. Aqui as docentes serão identificadas como: DS: Docente de Sociologia e DH: Docente de História.

DS - O projeto escravo nem pensar proporcionou condições sistemáticas para discussão e compreensão da problemática da escravidão na contemporaneidade. O projeto apresenta subsídios que permitem aos alunos visualizar situações reais de trabalho escravo na atualidade, bem como em nossa região. Sendo que esse já era um conteúdo permanente na área de humanas.

DH - Primeiramente, acredito que o projeto seja relevante para além da sala de aula, em razão da temática problematizada. Como conteúdo escolar põe em questão o conceito de escravidão, a partir das relações de trabalho que se processam no século XX, e requer que os professores articulem seus conteúdos com a prática social, o que é bastante significativo. Portanto pode ser trabalhado em qualquer disciplina, o que vai definir isso é se o professor acha relevante tal problemática.

A entrevistada DS destaca que a proposta do programa, de forma sistemática, proporciona condições de subsidiar os alunos para que os mesmos possam visualizar circunstâncias concretas, ao se depararem com situações que envolvem o trabalho escravo contemporâneo. A segunda docente DH considera o projeto relevante e destaca os conteúdos disponibilizados, dentre eles, o conceito de escravidão contemporânea, que está articulado com a forma como se processam as relações de trabalho, a partir do século XX; a professora considera os temas propostos significativos para o contexto atual. Diante das falas das docentes, é possível concluir que o projeto ENP pode contribuir com o que está previsto na Lei de Diretrizes de Base da Educação Brasileira - LDB, no seu Art. 2º: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p.06).

Na segunda pergunta, buscamos saber as condições de execução do projeto, a partir do material disponibilizado nas formações, e a metodologia proposta. As docentes afirmaram o seguinte:

DS - O material é ponto máximo do projeto, pois apresenta a realidade dessa problemática de forma sistemática e compreensiva. Partindo dos dados da ONG repórter Brasil, do mistério do trabalho, ministério público, Delegacias Regionais do Trabalho e outras ONGs que atuam na prevenção e combate ao trabalho escravo no Brasil. A metodologia aconteceu por meio de formação na URE com professores e em seguida com todos os professores da escola, a proposta metodológica foi bem aceita na escola pois permite maior compreensão do tema por meio do ciclo do trabalho escravo.

DH - O material didático apresenta uma visão construtivista do conhecimento, como disse partindo da prática social dos alunos, utilizando situações concretas, experiências vividas, produção artística, textos jornalísticos, com eixos problematizadores. São muito bons, no entanto recebemos tudo em meio digital, para compartilhar com alunos seria necessário imprimir para xerocar, visto que a escola não dispõe de laboratório de informática funcionando. No meu caso, como temos um grupo no Facebook com as turmas que dou

aula, o material e os vídeos foram compartilhados via internet. Mas, nem todos têm acesso de forma igual a esse recurso.

Considerando a fala das professoras, é possível perceber a qualidade do material disponibilizado. A DS destaca o acúmulo de experiência da ONG Repórter Brasil, possibilitando que as educadoras tivessem o compartilhamento das atividades já vivenciadas; destaca que a formação que aconteceu na URE demonstra a qualidade do repasse na preparação dos docentes para a execução do projeto. Na fala da DH, podemos perceber duas considerações: a primeira se refere ao caráter construtivista presente no programa de formação e no material didático do projeto, possibilitando um diálogo com a realidade, a esse respeito, tal estudo de realidade está afim com o que Freire (2000, p.30) concebe: “[...] o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações”. A segunda consideração feita pela DH é que, em relação ao material disponibilizado, esse foi apenas oferecido em meio digital, dificultando a utilização do material, tendo em vista a ausência de laboratório de informática; diante dessa realidade, foi possível perceber um desdobramento da professora na busca de outras alternativas.

Conclusão

Diante da proposta deste trabalho, considerando a complexidade, extensão territorial e de sujeitos e organizações que participam da execução do projeto ENP no Maranhão, buscamos saber como aconteceu a implementação na URE de Imperatriz e, especificamente, na cidade de Imperatriz. No trabalho, ouvimos uma das formadoras responsáveis pela implementação do projeto e duas professoras que atuam no ensino médio, em escolas do Estado. A partir das falas das professoras, é possível afirmar que o projeto foi bem aceito e que esse irá contribuir para a formação de pessoas conscientes da existência de uma logística em torno do trabalho escravo contemporâneo.

A proposta didática/metodológica contempla os componentes curriculares. Outro aspecto a ser destacado é o caráter interdisciplinar do ENP, essa possibilidade de trabalhar as disciplinas em busca de um conhecimento que considere a totalidade e complexidade da temática. Os alunos são convidados e sensibilizados, durante a execução do projeto, a trabalhar em grupo, o projeto oferece a oportunidade de pensar algo inerente ao homem, o trabalho, suas diversas formas e, entre elas, a superexploração da mão de obra humana. Prática que nos envergonha, ontem e hoje. Acreditamos

que projetos como o ENP possam ajudar as futuras gerações a serem mais resistentes às armadilhas dos que buscam maximizar o lucro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo**. Brasília: SEDH, 2003.

CUNHA, Eronilde dos Santos, Entrevista concedida a Marcio Mosiel do Nascimento Oliveira. Imperatriz, 04 agosto. 2016.

FILHO, Antônio. Et al. **Atlas Político-Jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MARANHÃO. Julho de 2012. **II Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão**. Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA, São Luís, MA. Disponível em: <http://coetraes.reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Plano-Estadual-MA.pdf>. Acesso em 12 agosto de 2016.

MARANHÃO. **Governo capacita técnicos da educação para enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão**. Em: <http://www.ma.gov.br/governo-capacita-tecnicos-da-educacao-para-enfrentamento-ao-trabalho-escravo/> Acesso em: 07 de agosto de 2016.

ONG REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar!** Como abordar o tema do trabalho escravo na sala de aula e na comunidade. São Paulo, 2007.

THÉRY, Hervé et al. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.